

Joelmir Beting

16 AGO 1985

# Ajustando a mira

O presidente José Sarney acaba de testar, em Montevideu, o discurso que vai pronunciar, em setembro, na Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. Na mira da retórica verde-amarela: a condenação da desordem econômica internacional, feita de crédito ainda mais perverso e de comércio cada vez mais injusto. Com o desdobramento politicamente desconfortável: a alienação da soberania nacional na tomada de decisão sobre matéria econômica de uso interno.

O «ajuste» da economia devastada dos endividados (e oprimidos) segue o receituário embolorado do médico desmiolado, um certo FMI, contratado pelos países credores para a hospitalização dos devedores. E o danado do FMI não deixa por menos: aplica no país magro, com casca e tudo, o regime de emagrecer país gordo.

O efeito líquido do duplo erro de diagnóstico mereceu do presidente José Sarney, no seu discurso de terça-feira, no congresso nacional do Uruguai, o rótulo apropriado de «monstro do retrocesso».

Retrocesso político, porque retrocesso econômico, gatilho da subversão social já instalada (mas reprimida). São os «dragões de fogo» atocaiados nas quebras da América Latina, disparando os jatos da inflação, da recessão, do desemprego, da miséria, do fracasso, da revolta. Claro, temos culpa assumida no processo da deterioração continental: realizamos projetos nacionais com poupança externa, descartada o desperdício do recurso alheio em programas mal priorizados, mal executados, mal fiscalizados.

Como desgraça pouca é bobagem, o auditor de confiança dos bancos, o FMI, fez da administração da «debt crisis» um instrumento de intervenção na vida interna dos endividados, bisbilhotando suas contas, delimitando seus planos, programando suas metas, determinando seus meios, direcionando seus custos. Esqueceu-se o FMI de realizar a mesma perícia contábil (e política) na programação dos governos credores, usineiros dos juros reais mais altos da história.

Em Montevideu, discurso para uso externo, o presidente José Sarney carregou na tônica da renegociação da dívida continental em termos necessariamente políticos, mas sem «politização» ideológica da matéria. De preferência, por «estudo de caso» (cada caso é um caso), no quadro de algumas regras gerais que seriam estabelecidas pelas tratativas multilaterais. Para essa negociação coletiva, o

Brasil contenta-se com o chamado consenso de Cartagena — desde que o grupo dos 11, com crachá de Cartagena, evolua do discurso para o projeto, estabelecendo uma proposta técnica para a solução honrosa do impasse da dívida. E por que não abrir o «clubes fechado» de Cartagena a todos os devedores da América Latina? Se o canal é político, a união faria essa força.

Do outro lado do balcão, os banqueiros e respectivos governantes torcem o nariz: rejeitam a negociação coletiva, vociferam contra a formação do «cartel» dos devedores, capitulam as tentativas de retratamento político da dívida como bravata de governos hipócritas e demagogos. Mas não abrem mão da ação em bloco: a própria, via comitê de assessoramento dos bancos ou via «Clube de Paris», o cartel dos governos credores.

Os três discursos do presidente José Sarney, no Uruguai, devem modular o seu pronunciamento na ONU, em setembro, sobre matéria econômica. Fiquemos nos fragmentos mais significativos:

«Não podemos pagar a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome, nem com a imolação da democracia. Precisamos crescer. Para tanto, precisamos de uma nova ordem econômica internacional. Temos de reagir contra a baixa cada vez maior dos nossos preços de exportação e contra as barreiras protecionistas que nos condenam a uma dependência vergonhosa, com a paralisia e a liquidação dos nossos parques produtivos. Da mesma forma, temos de ficar alertas contra a elevação unilateral dos juros que nos punem sem remissão. Custos os projetos de ajustamento econômico, que sacrificam legítimas aspirações sociais de nossos povos, esbarram no descontrole das taxas de juros internacionais, cuja imprevisibilidade é função de políticas econômicas praticadas de forma unilateral pelos países credores.»

Com essa colocação, na mesma linha da campanha política desencadeada por Fidel Castro, devedor pontual, o presidente José Sarney enquadra o alvo do discurso na ONU:

a) A solução da dívida externa passa pela reforma do comércio mundial;

b) Os países credores, beneficiários obscenos da tragédia humana do Terceiro Mundo, não podem continuar, unilateralmente, ditando as taxas de juros e impondo os termos detroca;

c) Tal procedimento constitui uma agressão política e não um simples espasmo do mercado supostamente auto-regulável do planeta sem juízo.